

## O ESTADO LATINO-AMERICANO PERANTE A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL<sup>1</sup>

Neste trabalho abordo a nova situação do Estado moderno – do poder político, num sentido amplo – face às transformações sociais e às grandes mudanças acontecidas no capitalismo globalizado do final de século. O escrito foi feito pensando na natureza do fenômeno nos países economicamente maiores da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela), deixando para um outro momento a análise da situação dos países andinos, da América Central e do Caribe.

A intenção também é refletir sobre as conseqüências históricas das políticas e das medidas que os países grandes da região da América Latina têm aplicado durante vinte anos para se inserir na globalização: ajuste estrutural, aplicação dum modelo de especialização produtiva industrial exportadora, mercados financeiros emergentes, rebaixamento do preço da mão-de-obra, paraísos fiscais, transnacionalização fragmentada de áreas locais, reforma do Estado, privatizações, redemocratização, etc.

A análise busca refletir sobre os limites, as contradições e as possibilidades das políticas que concebem uma inserção positiva dos países da América Latina na globalização, conduzida e apoiada pelo Estado e pela sociedade. As colocações são feitas após profundas mudanças nas sociedades da região, processo que já demora duas décadas e permite algumas apreciações críticas - num momento em que até o Banco Mundial propõe uma segun-

LÚCIO FERNANDO OLIVER COSTILLA\*

### RESUMO

O texto aborda a nova situação do Estado moderno – do poder político, num sentido amplo – face às transformações sociais e às grandes mudanças acontecidas no capitalismo globalizado do final de século. As reflexões foram elaboradas levando em consideração a natureza do fenômeno nos países economicamente maiores da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela), abordando em um outro momento a análise da situação dos países andinos, da América Central e do Caribe.

\* Doutor, professor da UNAM – Universidade Nacional do México.

da onda de reformas do Estado para diminuir alguns dos problemas ainda não resolvidos ou criados pela primeira onda.

O meu enfoque do Estado abrange o poder burocrático, as instituições do sistema político e as próprias lutas entre grupos sociais quando elas incidem nas relações de domínio político.

Para mim, Estado é algo mais que o aparelho executivo de administração pública isolado. É o conjunto de instituições centraliza-

*das de poder, de direção e de domínio político na sociedade, assim como a própria correlação social de tais instituições perante as diretrizes da acumulação de capital.*

*O Estado é antes de tudo uma relação de domínio entre classes e grupos sociais. O poder expressa essa relação no âmbito do interesse comum, como uma definição geral de domínio. Daí que se expresse nas instituições sociais de participação, representação e mediação política, assim como nos órgãos de direito, segurança, propaganda, e cultura política. O seu estudo é relevante devido ser uma instituição – conjunto centralizado de instituições – de poder político, cuja concentração de poder social e capacidade dirigente e dominante na sociedade são maiores. Também pelo fato de que ainda hoje todas as questões importantes da sociedade sempre passam por uma definição do Estado ou por lutas dentro ou contra o Estado, embora na realidade sejam lutas entre as grandes ou pequenas classes sociais pela*

manutenção, aumento ou diminuição de seu poder, sua hegemonia e da sua dominação.

Sabemos que existem outros enfoques do Estado que o entendem exclusivamente como uma instituição burocrática administrativa, e que consideram que seu papel é executar de maneira centralizada as políticas que resultam do jogo de forças sociopolíticas no sistema político. Tal visão do Estado dificulta entender duas questões: primeiro, que o Estado mesmo é um poder concentrado e centralizado maior e diferente dos outros poderes fragmentados existentes na sociedade. Nesse plano é a sede real do poder político, poder que se manifesta nas políticas, projetos e instituições dominantes; segundo, que o Estado sintetiza todas as lutas sociais pelo poder que se produzem na sociedade moderna, além de ele mesmo expressar, qualificadamente, uma relação de domínio entre classes (relação de capital).

## A GLOBALIZAÇÃO E A MUNDIALIZAÇÃO DE CAPITAL

Falar hoje de globalização é uma referência necessária nas ciências sociais.

*O processo de globalização parece ser assunto obrigatório hoje em todo tipo de publicação ou debate. Por mais que a palavra venha se desgastando, a realidade socioeconômica e cultural deste processo não pode ser eludida por cientistas sociais interessados em compreender tanto a natureza das novas formas de produção e consumo quanto as características dos agentes envolvidos* ("Editorial", in: *Sociedade e Estado*, vol. xi, nº 1, janeiro-junho 1996. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, p. 5).

A idéia básica é que o mundo todo virou o espaço de referência para a produção e para as transações comerciais, financeiras e até informáticas, culturais e políticas. Mas nem todos os cientistas têm a mesma idéia do assunto. Torna-se necessário determinar com pre-

cisão o conteúdo desse fenômeno que ameaça *virar de cabeça para baixo todo o conhecimento do mundo social que tínhamos até os nossos dias* (Ianni, 1996).

A imagem da globalização projetada pelos grandes meios de comunicação de massas fala de desmanchamento das fronteiras financeiras, econômicas e comerciais dos países, duma nova organização mundial da produção - internacionalização produtiva - de uma modernização radical das empresas em todos os lugares, do acesso generalizado a objetos de consumo, à informação e à intercomunicação mundial, duma flexibilidade trabalhista que muda o papel do trabalhador, dum novo desenvolvimento sociocultural guiado por uma nova "weltenchauung" (visão do mundo) na qual os homens viram universais na sua relação social, *tudo sob a sombra aconchegante dos valores absolutos e eternos da liberdade de mercado e do Estado político democrático liberal*.

Na verdade, a imagem "globalizada" da globalização é a unilateralização "boa" de um fenômeno contraditório, cujos efeitos negativos nem sempre são reconhecidos pelos propagandistas das novidades. De fato, a crítica do fenômeno tem demonstrado que a globalização põe na mesa a dominação mundial duma nova oligarquia industrial e financeira, uma relação econômica preferentemente entre os países desenvolvidos, uma marginalização nacional da maioria dos países subdesenvolvidos, uma nova exclusão social de amplos setores de pobres e desempregados, a submissão do mundo ao poder político, financeiro e militar dos Estados Unidos, a extensão da irracionalidade na exploração da natureza pelos interesses industriais e uma maior alienação dos homens ao consumo suntuoso (Santos, 1993; Sousa Santos, 1995).

O novo relacionamento entre os indivíduos, as sociedades e as economias do mundo apresenta muitos rostos. *As características da marcha da globalização incluem a internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais, o troco na divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a*

*concorrência ambiental que acelera esses processos* (Ianni, 1993<sup>a</sup>, p. 23/24).

Mas, o que é a globalização do ponto de vista mais rigoroso duma perspectiva fundamentada na crítica da economia política? É um fenômeno multilateral que se baseia sobretudo numa nova forma de organização da economia mundial, que pode ser conceituada junto a François Chesnais com a noção de mundialização do capital: *fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação* (Chesnais, 1996, p. 13).

Com efeito, a globalização é uma reestruturação econômica, política, cultural e comunicacional do mundo, consequência da mundialização do capital, quer dizer, uma nova organização do capitalismo de finais de século.

*Trata-se de um dado estágio de desenvolvimento do capitalismo, que se caracteriza por um aprofundamento da concentração do capital e de uma nova forma de organização das empresas, pela financeirização e pela fragmentação ... é antes de tudo um processo que ocorre no plano da organização industrial, como resposta defensiva das empresas multinacionais ao fim da onda larga de expansão capitalista ocorrida no início dos anos 70* (Marques, 1996).

Na nova forma do capitalismo o processo de internacionalização vai mais longe que o que acontece no plano do comércio exterior: inclui uma integração horizontal e vertical dos capitais (pela fusão, absorção e troca dos grandes capitais) e das bases industriais e financeiras, até então predominantemente nacionais - o que não significa que a concorrência desapareça.

Para Ruy Mauro Marini, a mundialização de capital é uma reafirmação da lei do valor num espaço mundial e já não mais nacional:

*A globalização nós a entendemos como uma reafirmação das tendências econômicas fundamentais, e, em particular, da lei do valor, que vi-*

*nham sendo obstaculizadas por uma série de práticas econômicas e políticas, que dificultavam o processo de circulação de mercadorias e capitais. Obstáculos que partiam das práticas de monopólio, por exemplo, ou das políticas protecionistas ... A globalização é um processo econômico que leva à busca de formas de integração econômica...* (Marini, 1993, p.10).

No mesmo sentido, Sotelo delimita tal reestruturação como a quarta fase do processo da internacionalização do capital:

*Na etapa do imperialismo contemporâneo (1945-1982) verifica-se a internacionalização da produção e do processo de trabalho a partir do segundo Pós-guerra. A nossa hipótese é que a partir da crise da década de oitenta, a forma que assume a internacionalização do capital na época contemporânea é a globalização econômica, mesma que nós entendemos como a quarta fase da internacionalização do capital, onde se verifica a generalização do âmbito de vigência da lei do valor numa escala universal* (Sotelo, 1996, p. ).

A acumulação mundial de capital domina de maneira crescente e submete todos os processos nacionais e locais de acumulação às suas diretrizes. Isso, seja via submissão pelas corporações transnacionais dos processos produtivos, comerciais e financeiros mais atrasados, seja pela terceirização, seja pelo isolamento planejado dos concorrentes, e até pela violência contra as empresas ou os núcleos sociais e políticos que resistem. O resultado é a queda das médias e pequenas empresas não produtivas e não integradas; a incorporação subordinada de alguns países e regiões; a exclusão e marginalização de outros e o enfraquecimento do poder sindical e contratual dos operários. O fenômeno da mundialização do capital e da organização produtiva não impede que, em níveis locais e nacionais, alguns processos econômicos de acumulação e mer-

cado continuam tendo uma grande presença e importância, com uma expressiva participação de forças capitalistas ou trabalhistas locais, embora subordinados à dinâmica mundial.

A maioria dos estudiosos concorda com a idéia segundo a qual dois fenômenos possibilitaram a mundialização do capital: primeiro, a reestruturação produtiva, organizativa, trabalhista e de gestão do capitalismo contemporâneo. Isso foi obtido a partir da revolução tecnológica-informática-eletrônica, da centralização do capital que resulta da interpenetração, por fusão ou compra entre os oligopólios industriais e financeiros mundiais; da apropriação do valor baseada no planejamento, organização e administração mundiais das empresas transnacionalizadas, e pela exploração concomitante de um novo trabalhador intelectual no mundo da produção e da organização empresarial, junto à mão-de-obra barata e semi-analfabeta dos países subdesenvolvidos.

*Essa crise vem sendo enfrentada através de um processo de reestruturação produtiva, que se faz acompanhar de novas tecnologias, que permitem uma produção flexível capaz de satisfazer as novas exigências do mercado .... Essa reestruturação do processo de produção de mercadorias, de seus elementos técnicos, passou a exigir uma nova forma de contratação e gerenciamento da força de trabalho ... É nesse contexto de reestruturação produtiva que os neoliberais encontram munição para difundir sua doutrina e seus programas de política econômica (Teixeira, 1996, p. 214, 215).*

O segundo fator foi a reestruturação dos Estados, feita através dos mecanismos de ajuste estrutural e reforma do Estado, o que facilitou a expansão dos capitais financeiros e industriais e a implantação de seu domínio político e econômico mundial.

Concluindo tudo o que foi dito até aqui, podemos dizer que a mundialização do capital é uma nova fase do capitalismo (sem dúvida

uma continuação e superação do imperialismo do início do século e do imperialismo do Pós-guerra), na qual a universalização da lei do valor vence as barreiras nacionais, e a concentração e centralização do capital e da produção se fazem sem os obstáculos e limites tradicionais do Estado-nação.

A reorganização produtiva tem sido dirigida pelo capital financeiro, o que permitiu os processos de venda, compra e fusão dos capitais empresariais. Com as bolsas de valores o capital financeiro conseguiu uma autonomia relativa surpreendente, até chegar a ser um fenômeno dominante no desenvolvimento econômico mundial.

Neste artigo nos limitaremos a estudar os rebatimentos políticos da mundialização do capital, embora isso não signifique que o fenômeno fique reduzido à economia e à política. No âmbito sociocultural e das comunicações a globalização tem uma dinâmica própria: *Um dos elementos característicos da globalização na última etapa do processo de internacionalização do capital é a utilização massiva que assumem os sistemas de comunicação e informação. O mesmo acontece com a ideologia e o pensamento (Sotelo, 1996, p. 25).*

A cultura tem sua própria dinâmica que uma vez que começa a caminhar leva para rotas singulares inimagináveis e influi na própria reprodução social, assim como na dinâmica econômica e política.

Também no âmbito da cultura se precisa um enfoque complexo da globalização, incluindo o local como espaço de resistência e de reformulação da tendência homogeneizante: *O que parece claro é que não se trata de considerar o global e o local como dicotomia separada no espaço ou no tempo, e sim que os processos de globalização e localização são indissociáveis na fase atual (Featherstone, 1996, p. 11).*

Hipoteticamente poderia (deveria) existir uma outra mundialização diferente da atual globalização. Uma mundialização humanista não subordinada ao capital, das economias, dos sistemas políticos, dos meios de comunicação, da cultura e da cidadania. A vida mesma está levando as sociedades atuais a

procurarem uma aproximação das economias, do poder e das culturas, e um desmanchamento de fronteiras que se vislumbra como o grande caminho da evolução (ou da revolução) humana. Esta mundialização humanista, todavia, seria oposta e contrária à globalização tal como hoje existe.

## AS MUDANÇAS NO DOMÍNIO POLÍTICO

Com a mundialização do capital mudaram as relações de dominação; o polo econômico e político dominante no mundo passou a ser o grande capital transnacional: os oligopólios mundiais. *As corporações multinacionais e o capital financeiro erguem-se como as entidades supranacionais capazes de reunir a força político-econômica do grande capital numa escala planetária* (Sotelo, 1996, p. 28).

Os oligopólios são a expressão maior do processo de centralização e concentração do capital; eles dominam e dirigem a acumulação mundial. A sua força cresceu, nos últimos vinte anos, na mesma proporção em que se reorganizou a economia mundial, enfraqueceu o poder dos capitalistas locais e a força dos trabalhadores associados diminuiu.

A concorrência de grandes fundos de pensão na especulação financeira tem levado muitos pesquisadores a pensar que o capital financeiro atual está disperso, desagregado, fragmentado e que não existe um centro que domine a dinâmica da mundialização do capital. Esquecem dados fundamentais que mostram a grande concentração e centralização do capital nas grandes corporações transnacionais:

*De fato, são as grandes corporações multinacionais as que dominam as grandes empresas no mundo capitalista atual. Com efeito, as empresas transnacionais controlam o que é o núcleo duro do progresso tecnológico e os ciclos das inovações em indústrias mundiais como a de semicondutores, eletrônica e telecomunicações. É assim que na metade da década de oitenta, calcula-se que 24 empresas trans-*

*nacionais geram 75% da produção mundial ... Além de tudo, este predomínio das grandes corporações multinacionais é o produto dos processos de concentração e centralização do capital do período anterior. Produz-se, através de fusões, compra e venda de companhias, aquisições e acordos de cooperação. Nos Estados Unidos da América do Norte, entre 1985 e 1991 a participação dos cinco maiores grupos empresariais pulou de quase 80% para quase 97% no ramo dos eletrodomésticos; no setor de transporte o salto foi de 61% para 75% ... E o que acontece aqui se repete com maior força nos setores financeiro, bancário e dos serviços, onde as grandes corporações têm assentado sua hegemonia e seus negócios. A concentração e centralização de capital é ainda maior na América Latina por parte das corporações e das grandes empresas monopolizadas...* (Sotelo, 1996, p.32/33).

As ciências sociais têm muito a fazer ainda para conhecer os principais grupos industriais-financeiros e para entender as características dos oligopólios: quem são, onde estão, onde investem e como dominam.

*Assim, em seu relatório de 1994, a Divisão sobre Firmas Transnacionais da UNCTAD enumerou a existência de quase 37 mil multinacionais, para esclarecer, três páginas adiante, que o essencial da análise iria se limitar aos cem grupos mais transnacionais ... Em 1990, esses cem grupos concentravam em suas mãos cerca de um terço do montante total mundial de IES; possuíam ativos de valor acumulado da ordem de 3,2 trilhões de dólares, sendo cerca de 40% situados fora do país de origem. São, com poucas variações, os mesmos que encontramos na lista dos 300 maiores grupos industriais do mundo, publicada anualmente pela revista Fortune, e que figuram, ao lado dos grandes bancos e*

*instituições financeiras, entre os mil maiores grupos mundiais, cujo inventário costuma ser feito pela revista Business Week. Essas são as multinacionais de verdade (Chesnais, 1996, p.72,73).*

Não obstante a complexidade que os oligopólios têm adquirido e a diversificação das suas inversões, ainda é possível reconhecer neles o ramo originário das suas atividades. Para exemplificar, a seguir listamos os mais importantes. Entre os do ramo de petróleo, estão: *Royal Dutch Shell, Exxon, British Petroleum, Mobil, Elf Aquitaine*; provenientes do ramo dos automóveis estão: *Ford, General Motors, Fiat, Volkswagen, Toyota*; com raízes no ramo da informática e da eletrônica: *IBM, Philips Electronics, Matsushita Electric, Siemens, Sony, Mitsubishi, General Electric, Alcatel Alstom*; do ramo da química: *Du Pont, Bayer, Rhône Poulenc, BASF, Ferruzzi Montedison*; do ramo agro-alimentar, se encontram: *Nestlé, Unilever, Philips Morris*; de mecânica pesada: *Asea Brown Boveri*; de comércio: *Mitsui*; da imprensa e editorial: *News Corporation*; de tabaco: *Bat Industries*.

O grau de domínio que os grupos oligopólicos têm obtido na produção em seu ramo é muito significativo: nos automóveis 12 empresas respondem por 78% da produção mundial; em processamento de dados, 10 empresas respondem por 100%; em material médico, 7 empresas respondem por 90%; em produtos petroquímicos: (polipropileno), 8 empresas respondem por 50%; em polistireno, 8 empresas respondem por 69%; em peças de vidro para automóveis, 7 empresas respondem por 88%, e em pneus, 6 empresas respondem por 85% da produção mundial.

Os grupos oligopólicos têm origem e base nacionais, embora seu alcance e dimensão atual sejam claramente mundiais.

*...a companhia multinacional invariavelmente começou por se constituir como grande empresa no plano nacional, o que implica, ao mesmo tempo, que ela é resultado de um processo,*

*mais ou menos longo e complexo, de concentração e centralização do capital, e que, freqüentemente, se diversificou, antes de começar a se internacionalizar; que a companhia multinacional tem uma origem nacional, de modo que os pontos fortes e fracos de sua base nacional e a ajuda que tiver recebido de seu Estado são componentes de sua estratégia e de sua competitividade; que essa companhia é, em geral, um grupo, cuja forma jurídica contemporânea é a de holding internacional; e por fim, que esse grupo atua em escala mundial e tem estratégias e uma organização estabelecidas para isso (Chesnais, 1996, p. 73).*

Em segundo lugar, são grupos técnicos financeiros não atados a uma indústria ou ramo determinados, ainda que tenham origem neles.

*No caso de um grupo industrial, a valorização – e portanto o aumento – do capital, de um período a outro, baseia-se, em primeiro lugar, na organização e no acionamento da força de trabalho assalariada na produção (tanto de mercadorias como de serviços). Em segundo lugar, abrange operações hoje cada vez mais numerosas, efetuadas nos mercados financeiros. Há ainda outras formas de valorização, que têm origem na apropriação de receitas, fora de qualquer intervenção na produção (Chesnais, 1996, p. 81).*

Com o desenvolvimento dos grupos oligopólicos, a nova forma de gestão global das empresas, a reorganização administrativa mundial, a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho, as novas comunicações internacionais e os centros financeiros, não são somente questões técnico-econômicas; são, também, uma nova capacidade de poder, de domínio e de direção em todos os âmbitos. Configuram uma nova relação de domínio no mundo, concêntrica nesses grandes poderes industrial-financeiros (cujo capi-

tal, como foi dito, tem ramificações na indústria, no comércio, nos serviços e nas finanças simultaneamente) que, embora, se caracterizem por fenômenos de interpenetração e fusão, têm um grau de fragmentação e concorrência entre eles.

Os oligopólios são um poder na produção e nas finanças, em primeiro lugar. Porém, nas indústrias, no mercado, nos bancos e nas bolsas de valores, determinam o movimento global da economia, do Norte ao Sul e da América à Ásia, passando pela Europa; decidem os principais investimentos internos e externos, tanto diretos como indiretos; dirigem a dinâmica econômica mundial, os centros de ciência e pesquisa, e também a inclusão e a exclusão nessa dinâmica de trabalhadores, empresas e países. Os capitalistas oligopólicos transnacionais são a nova classe forte na globalização. O que não quer dizer que já tenham deixado de existir outras classes dominantes, embora subordinadas, nos países de capitalismo atrasado.

Os próprios capitalistas nativos da América Latina, que antes protegiam seu direito à acumulação e à dominação nacional, tiveram que decidir entre concorrer ou subordinar-se. E decidiram ser melhor ficar como parceiros menores, associados, como se pode constatar na unanimidade com que têm adotado as políticas de ajuste estrutural neoliberal.

Com a mundialização do capital, quase não há mais lugar para capitais nacionais fortes. O capital foi reformado pelos oligopólios transnacionais, via o processo de concentração e centralização de capital. Eles dominam os processos de acumulação, embora essa acumulação desenvolva-se principalmente nos países da Tríade (Estados Unidos, Europa, Japão) e áreas e países incorporados ou integrados. Nos países inseridos de forma subordinada (Brasil, Argentina, Chile, México, República Dominicana), o capital oligopólico absorve, concorre ou dissolve o capital nacional e local. Nos países ainda não inseridos, a dinâmica econômica vira autárquica e reduzida (Peru, Bolívia, Colômbia, América Central, etc) e a tendência à marginalização internacional é maior.

## O PAPEL POLÍTICO DO ESTADO

Com relação às expressões institucionais da dominação, é lugar comum considerar que a globalização enfraquece e afeta direta e negativamente o Estado nacional (Ianni, 1993; Panitch, 1994; Oliver Costilla, 1994; Sader, 1995; Marques, 1996).

O filósofo Manfredo Araújo de Oliveira diz que na globalização o Estado se tem tornado desnecessário para o capital: *...trata-se da articulação, em nível mundial, do próprio processo produtivo, que, assim, se faz capaz de uma ação cada vez mais global, tornando o Estado nacional desnecessário para o capital* (Oliveira, 1996, p. 164).

No mesmo sentido, o economista José Soares Teixeira fala da propagação da idéia da *morte do Estado*, situação que resultaria da transnacionalização do sistema capitalista de produção: *De sorte que, assim sendo, dizem, a transnacionalização do sistema capitalista de produção representou a morte do Estado, isto é, seu poder de fazer políticas econômicas e sociais de forma autônoma e soberana* (Teixeira, 1966, p.196).

O que aconteceu com o Estado nacional em geral, e com os nossos Estados latino-americanos em particular, a partir das grandes mudanças do capitalismo de final de século XX? O próprio capital teria por acaso substituído o Estado Político? Desapareceu a política como esfera social própria e relativamente autônoma, ainda que fetichizada? Acabou a diferença fenomênica entre economia (o mercado) e política (o Estado)? A economia realmente assimilou (ingeriu) a política?

As coisas são, na realidade, mais intrincadas. Esses gigantes oligopólios industriais e financeiros precisam dos Estados nacionais para desenvolver a sua dominação. Eles não têm a centralização política, a burocracia administrativa, os aparelhos de segurança, educação e propaganda, as instituições, projetos e mediações políticas, ideológicas ou culturais, necessários ao exercício do poder político. Por isso também na globalização eles precisam dos Estados "previamente reformados e adequados" à sua dominação.

Os próprios oligopólios se associam e desenvolvem algumas instituições de coordenação e de elaboração de políticas gerais a serem executadas pelos Estados. Eles desenham as novas políticas econômicas e sociais mundiais de ajuste estrutural e reforma do Estado, mas não as detalham nem as executam. Os oligopólios desenvolvem sua dominação e sua hegemonia através dos Estados nacionais dos países industrialmente desenvolvidos, sede desses oligopólios, e dos Estados nacionais "reformados" dos países subdesenvolvidos. Eles precisam das burocracias executivas dos Estados e dos grupos e partidos políticos nacionais e internacionais, que defendem e projetam o programa ideológico e político neoliberal.

A reflexão feita permite delimitar melhor o sentido possível da idéia de Manfredo Araújo de Oliveira, segundo a qual o Estado nacional na globalização é desnecessário para o capital (Teixeira, 1996, p. 164).

Em que sentido realmente o Estado nacional torna-se desnecessário para o capital? Só no sentido de que o capital não precisa mais do Estado para organizar diretamente a produção e o mercado, nem para inserir economicamente os sistemas produtivos locais na economia mundial. Uma interpretação unilateral que sustente a idéia de que a dominação dos oligopólios transnacionais não precisa do Estado nacional está errada. Os oligopólios não substituem os Estados, nem fazem sempre política pública e não participam abertamente da representação política nos Estados. Assim, a idéia de morte do Estado só pode ser entendida no sentido de que os Estados nacionais não podem desenvolver políticas autônomas e soberanas, nunca num sentido absoluto.

Apesar dos oligopólios não acederem nem conduzirem diretamente o poder político, a sua influência sobre o Estado se faz via seu domínio sobre a acumulação de capital, e sobre o dinamismo dos negócios, assim como através de seu poder sobre as novas burocracias executivas dos Estados, autonomizadas, centralizadas, fechadas e hierarquizadas, que têm acedido ao poder nos dois últimos decênios, na qualidade de elites tecnocratas com um programa neoliberal. O ajuste estrutural e

a reforma do Estado fazem parte da estratégia de domínio dos oligopólios financeiros nos anos noventa (Fiori, 1993).

As oligarquias mundiais, via o Banco Mundial e o grupo "dos Sete", desenharam e condicionaram a reforma do Estado como um meio de garantir o êxito da política de mudanças neoliberais, e as burocracias a incorporaram ao seu programa político. Isso explica o famoso paradoxo político de que a reforma neoliberal, de redução do Estado, seja promovida pelas próprias burocracias do Estado (Fiori, 1993).

Os oligopólios transnacionais dominam socialmente, embora o poder político esteja nas mãos das grandes burocracias políticas do Estado, especialmente dos poderes executivos. O poder político dirige as instituições e impõe as suas decisões, seja impondo-se autoritariamente, seja pela via de negociações com múltiplas formas de representação e participação políticas que conformam as nossas democracias. Essas formas democráticas são verdadeiras ("ilusões" verdadeiras), mas não têm a mesma capacidade de decisão que as obscuras burocracias fechadas, modernizadas pela técnica e protegidas pela separação entre economia e política no capitalismo.

Além do controle político e de segurança, as burocracias do Estado moderno tomaram para si as determinações sociais que têm a ver com a dinâmica econômica, isto é, com a regulação social da acumulação de capital. *É no programa econômico e nas políticas econômicas (e sociais) do Estado que se esconde a real filiação oligopólica do Estado moderno.* Daí a importância dos Ministros da Economia, Fazenda, Indústria e Comércio nos corpos burocráticos de hoje. Sem dúvida, na maioria dos países do mundo o poder executivo tem nas suas mãos, em maior ou menor grau, a política econômica geral, de investimentos, cambial, de juros, de empréstimos, de gastos sociais, de impostos, de exceções fiscais, de comércio interior e exterior, de contratação e pagamento das dívidas interna e externa, etc.

O poder das burocracias é compartilhado com os Estados dos países desenvolvi-



dos e os organismos financeiros transnacionais. O novo Estado reformado latino-americano é um Estado que compartilha suas decisões básicas com tais organismos políticos e financeiros. Nas últimas duas décadas tem surgido na região um poder estatal supranacional emergente, ainda que não tenha sido estabelecido formalmente. Algumas das funções de caráter nacional dos Estados latino-americanos passaram para esse novo Estado transnacional emergente, cuja sede são os Estados Unidos da América do Norte.

Embora caiba ainda às burocracias executivas definir a política econômica e o controle da governabilidade dos segmentos subordinados e excluídos da sociedade, as reformas do Estado, feitas nas últimas duas décadas, tiraram das suas mãos parte importante da regulamentação da acumulação, além da propriedade de um patrimônio público substantivo de valor estratégico, formado por empresas públicas gigantescas. Daí se explica o fato de que as burocracias dos Estados modernos não tenham posto a reforma do Estado à discussão pública. Nessa determinação nem os parlamentos normalmente interferem. Nos casos inusitados e escassos em que os Estados têm colocado para discussão e decisão da população alguns aspectos do ajuste estrutural ou da reforma neoliberal – como foi o caso das privatizações de empresas públicas no Uruguai, ou da importação livre de produtos agropecuários, na França – o resultado tem sido que a população rejeita a reforma.

A dominação dos oligopólios transnacionais nas sociedades modernas, a suposta “morte do Estado” e “a desnacionalização do Estado” têm levado alguns sociólogos a falar do advento da era da neoligarquização política do Estado moderno (Ruiz, 1995), cuja conseqüência seria o predomínio crescente de um novo autoritarismo do Estado, via uma política cada vez mais fechada e, em alguns casos, mais repressiva. De fato, seria também a morte da política como tal, substituída pelo domínio oligárquico transnacionalizado:

*...a moderna política burguesa  
consiste somente em criar as condições*

*para o livre fluxo do capital ... Política, nos tempos atuais, é uma técnica de administração, aparentemente neutra, a serviço das exigências selvagens do capital internacional. Sendo assim ‘é fácil governar’: basta seguir, sem maiores inovações, o receituário proposto pelo Consenso de Washington, com o máximo de frieza e insensibilidade social que tal tarefa exige, como aliás, já fizeram anteriormente Chile, Argentina, México e Bolívia (Apresentação de Celso Frederico, em Teixeira, 1996).*

A idéia da neoligarquização da política está errada se tomada ao pé da letra. A política institucional é muito complexa, inclusive quando seus horizontes são a governabilidade e o controle social. Na verdade, a política é muito mais que uma técnica de administração; é uma forma de garantir a governabilidade. Além disso, a intensa vida política nacional dos Estados latino-americanos também tem seus fundamentos nas forças sociais internas, cuja existência surge diariamente de processos de reprodução e de acumulação locais de capital, que a mundialização não dissolveu, e que não pode eliminar, porque são o fundamento da economia das grandes majorias de trabalhadores não vinculados diretamente com as empresas transnacionais. Na sociedade moderna, o Estado não pode ser oligárquico no sentido de excluir da política as grandes massas. Ele tem que trabalhar com elas.

Não obstante, com as mudanças na organização produtiva e na gestão das empresas, tem surgido uma tendência ao enfraquecimento da influência política dos sindicatos e dos partidos políticos trabalhistas de massas. A globalização levou à queda a dominação política social democrata ou populista nacional, aliança sociopolítica semi-corporativa, dirigida pelo Estado, que integrava os trabalhadores do campo e da cidade, via sindicatos e partidos de massas, à condução política nacional, alicerçada no capitalismo de Estado.

Hoje a sociedade moderna vive uma realidade na qual as forças trabalhistas nacionais organizadas têm menor presença política.

Do lado do povo trabalhador a informalidade e o desemprego têm levado a que a vida dos partidos políticos e dos sindicatos nacionais seja cada dia mais fraca. Esta tendência é mais forte nos países de capitalismo atrasado que nas sociedades de capitalismo desenvolvido, como facilmente pode se ver na política interna dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França onde os trabalhadores ainda têm uma forte presença.

Não obstante, na América Latina, uma análise cuidadosa da vida política real dos países demonstra a existência e a importância, ainda, de uma intensa luta política entre partidos e personalidades nacionais, situação que é evidente durante as crises políticas ou a cada quatro ou seis anos, em disputas eleitorais significativas.

Como entender, então, que a vida política cresça, se os elementos dominantes do poder econômico são cada vez menores? Para entender isso, precisamos lembrar que a política e a economia são duas esferas distintas na sociedade. As próprias oligarquias transnacionais precisam ainda do Estado político (Chesnais, 1996) para completar no âmbito político o seu domínio econômico. Os grupos multinacionais têm a ver com os assuntos da economia e não diretamente com os assuntos políticos. A manutenção dessa diferença é uma condição de sucesso da institucionalidade estatal e da ideologia dominante do neoliberalismo, sobretudo na globalização, que gera uma maior exclusão social e nacional, mas que mantém a fé no Estado político.

## DEMOCRACIA E RELAÇÕES DE DOMÍNIO POLÍTICO

Como foi dito, o fato de as burocracias políticas executivas dos Estados se apropriarem da política econômica e social não quer dizer que os regimes políticos tenham virado ditaduras. O contrário é certo. Temos ante nossos olhos uma re-democratização no mundo que já dura dez anos (Borón, 1994). Como se pode explicar que a re-democratização não tenha colocado limites às políticas neoliberais

e antipopulares das burocracias estatais da América Latina?

A re-democratização da vida política, expressa na volta das instituições civis e na participação política de movimentos sociais, partidos políticos e cidadãos envolve grandes camadas da sociedade. Como explicar, então, a fraqueza da democracia perante o autoritarismo das burocracias executivas e face ao domínio mais geral dos oligopólios?

A seguir, alguns elementos que podem contribuir para explicar o fenômeno:

*Primeiro*, a separação que prevalece ainda hoje entre política e economia. Muitas questões políticas básicas não são colocadas pela sociedade civil na mesa da discussão pública pelo fato de que ela acha que pertencem a uma outra esfera de decisões, à esfera da relação entre os indivíduos e o mercado. O fetichismo de mercado e o fetichismo do Estado têm se tornado ainda mais fortes com a globalização (Marx, *O capital*, tomo I, vol. I, 1857; Holloway, 1984, Teixeira, 1996).

O fetichismo do Estado se manifesta na separação entre política e economia, e na existência duma cidadania separada dos interesses sociais e alienada da luta em torno da acumulação de capital. Isso possibilita que os órgãos públicos – onde se manifesta a vida democrática da sociedade e que são sede da luta política institucional – voltem as costas para os assuntos econômicos e sociais.

O fetichismo do Estado está presente na idéia de que na sociedade moderna o poder político vem exclusivamente do voto dos cidadãos e das lutas pela hegemonia ideológica. A cidadania é uma forma sociopolítica que isola os indivíduos das problemáticas sociais que têm origem na individualização das mercadorias e dos seus vendedores. Ela nega a vida real da sociedade, faz uma abstração política que esconde as grandes contradições de sociedades evidentemente desiguais e injustas.

*Segundo*, na América Latina o fetichismo do Estado é um fetichismo peculiar, devido à existência do “Estado de compromisso” (Gramsci, 1926), quer dizer dum Estado que ainda tem muito de somatória de poderes

locais não democráticos, vinculados ao Estado nacional hegemônico. Historicamente, aparece como um fenômeno que faz culto às elites como encarnação do interesse geral e considera as massas como sustentação pré-política do poder. A concentração de renda e poder e uma ampla exclusão social e política mantêm um patrimonialismo e um clientelismo permanentes, nos quais o “cidadão” plebe ou massa, é usado pelas elites para fins eleitorais e de legitimação. Nesse fetichismo peculiar o poder das elites também produz a separação entre política e economia: a política real faz parte das elites e não das massas; estas são excluídas da vida política e só são convocadas para rituais eleitorais. Os pobres ficam fora da política real, mas são necessários para o ritual formal da sanção eleitoral da mesma maneira que estão excluídos do mercado de trabalho, mas participam do mercado em geral como informais.

*Terceiro*, a democracia política também se acha enfraquecida pela oposição entre as limitadas prerrogativas parlamentares e as grandes atribuições das burocracias executivas na sociedade moderna. Os parlamentos latino-americanos têm sido excluídos das decisões de políticas econômica e social pelas novas tecnocracias do poder executivo. Com a redemocratização do Estado tem aparecido uma dinâmica política aberta e livre nos órgãos públicos, e por isso as tecnocracias têm optado por diversas formas novas de imposição das suas decisões: medidas provisórias no Brasil e Argentina; encontros políticos privados entre tecnocratas, empresários e operários, fora dos espaços públicos de discussão política democrática, no México, novas leis *ad hoc* para as reformas do Estado, no Peru, etc.

*Quarto*, na América Latina a democracia moderna é fraca, uma vez que sua existência é condicionada pelas brutais relações de dominação existentes nas sociedades da região. Tais relações se expressam na ideologia social, nas múltiplas relações sociais opressoras entre a classe dominante e os dominados, na própria relação política das elites parlamentares com o povo. Essas relações impedem continuamente que os “de baixo” desenvolvam

poder real. Pablo González Casanova, sociólogo mexicano dedicado a estudar as variadas expressões da dominação nas sociedades da região, demonstra com rigor como é que no dia a dia o poder dominante na sociedade impede o desenvolvimento dos oprimidos, em contraposição ao discurso paternalista que fala de melhoramentos nas comunidades na saúde, na escolaridade, na moradia, no emprego, etc. O autor centra seu estudo no que ele considera a grande distância entre o poder eleitoral e o poder real dos oprimidos (González Casanova, 1993). Os oprimidos não utilizam a democracia para a sua própria libertação pelas relações de domínio social e político nas quais estão inseridos.

*Quinto*, pela história política ocidental e latino-americana as burocracias têm um poder especial: elas têm se assumido como representantes automeadas do interesse geral da sociedade, na mais pura forma hegeliana: na região é marcante a idéia de que as burocracias são expressão incontestável do interesse geral, como era refletido por Hegel. As próprias burocracias atuam difundindo essa ilusão na sua intervenção pública.

*Sexto*, na América Latina a democracia é pobre na maioria dos casos porque ela existe num contexto de crises do Estado que limitam as suas possibilidades políticas.

## AS CRISES DO ESTADO NA GLOBALIZAÇÃO

Em geral, a mundialização do capital tem contribuído para agravar *três tipos diferentes de crises do Estado* que já vinham se gestando na região latino-americana nos últimos vinte anos. A América Latina vive hoje a conjunção de três crises diferentes e inter-relacionadas. A crise da soberania e da autonomia nacionais na definição das políticas econômicas e sociais internas, a crise do Estado interventor e a crise das instituições políticas representativas.

### A) A CRISE DA AUTONOMIA E DA SOBERANIA POLÍTICA

Como refere o economista Teixeira (1996), o novo Estado neoliberal é incapaz

de desenvolver políticas autônomas e soberanas. A crise da soberania política vem do enfraquecimento relativo do Estado, na sua determinação das políticas econômicas e sociais, perante os organismos financeiros transnacionais e face os oligopólios multinacionais (crise que não é reconhecida pelos Estados reformadores neoliberais) (González Casanova, 1990; Sader, 1995).

A crise da soberania política do Estado é realmente transcendental:

*a desnacionalização do Estado, um certo esvaziamento da capacidade de regulação do Estado sobre a economia política nacional. Dada a dominância das condições transnacionais, por um lado, e locais por outro, a função do Estado parece ser mais a de mediar entre elas do que, acima delas ... Ele passa a ser o executor, sem grande iniciativa, de políticas de regulação decididas transnacionalmente com ou sem a sua participação. O papel do Estado é aqui crucial, não como iniciador e sim como executor de políticas* (Sousa Santos, 1995, p. 13).

Aqui, é Holloway quem explica bem o fenômeno: o Estado é uma expressão fetichizada da relação de capital. Sob o domínio do grande capital financeiro transnacional o Estado nacional é um mediador pobre, quase mais um administrador do interesse geral do capital que representante da sociedade nacional. Tal mediador paupérrimo não tem mais poder (soberania, autonomia) face o grande poder dos organismos financeiros transnacionais e os Estados das potências mundiais.

A desnacionalização esquece o direito elementar dos povos das sociedades latino-americanas de gerar seus próprios destinos. Ainda que seja feita pela via das burocracias políticas dos Estados, coloca em questão os direitos históricos e políticos, das populações, de dirigirem o Estado com suas próprias decisões (como iniciadoras de políticas e não só como executoras).

Tudo isso mostra uma profunda crise de hegemonia burguesa na América Latina, na medida em que a classe dominante capitalista é uma classe subordinada, não soberana, e é essa condição que tem aberto espaço para o surgimento de um *proto-Estado transnacional norte-americano, coordenador das políticas econômicas e sociais na América Latina*, baseado nas políticas dos Estados Unidos da América e na influência dos organismos comerciais (OCDE, ALCA), financeiros (FMI, BM, BID), políticos (ONU, OEA, Grupo de Santa Fé, Grupo dos Sete) e ideológicos transnacionais (Comissão Trilateral) que atuam no continente americano.

A queda da soberania política - ainda que seja nas questões econômicas e sociais, além das políticas referidas ao narcotráfico e à segurança - tem gerado reclamos essenciais do direito à autodeterminação política de povos que não podem facilmente aceitar a sua nulidade política, num momento em que a exclusão social aumenta. Atrás de dois dos mais importantes movimentos sociais e políticos da América Latina, nos últimos anos, está a reivindicação da soberania nacional (tentativa de golpe dos militares de esquerda na Venezuela, surgimento da guerrilha do Exército Zapatista de Libertação Nacional do México, etc).

## **B) A CRISE DO ESTADO INTERVENTOR**

O modelo do Estado interventor teve profundas implicações políticas:

*A distribuição da riqueza se fazia mediante acordos coletivos segundo os quais capital e trabalho acordavam em elevar ao máximo a produtividade e a intensidade do trabalho, em troca de salários e lucros crescentes. As entidades representativas de classes (partidos políticos de massa e sindicatos com grandes estruturas corporativistas) eram a base sobre a qual se desenvolvia a luta pela distribuição da riqueza social. Para garantir o cumprimento dos acordos, era imprescindível a presença mediado-*

*ra do Estado, cuja legitimação era assegurada, por um lado mediante uma política de subsídios à acumulação de capital e, por outro, através de uma política de bem-estar social, fundada em medidas compensatórias: seguro-desemprego, transporte subsidiado, educação e saúde gratuitas, entre outras coisas* (Teixeira, 1996, p. 213/14).

No Brasil, o capitalismo sob intervenção estatal gerou o milagre econômico durante a ditadura militar, embora sem as características econômicas e sociais das sociedades desenvolvidas. O modelo de Estado interventor aqui se desenvolveu a partir da superexploração do trabalho numa indústria suntuosa e para exportação (Marini, 1975), em condições de populismo nacionalista primeiro, e depois de ditadura militar (da burocracia militar como mediadora), e sem as políticas sociais dos outros Estados fordistas que tentaram se aproximar dos Estados de bem-estar. *Na sociedade brasileira a intervenção estatal foi estruturalmente incapaz de propiciar um mínimo de bem-estar material para a grande maioria da população* (Teixeira, 1996, p. 221).

A crise econômica de meados dos anos setenta teve repercussões políticas substanciais. Afetou o coração da política dos Estados onde o regime político se desenvolveu a partir do modelo interventor, como foi o caso da democracia na Venezuela, na Costa Rica e no México. No Brasil, o golpe militar já tinha acabado com muitas das características do Estado interventor, embora mantivesse uma forte afirmação estatal e um certo controle da economia nacional.

Na América Latina, a crise do Estado interventor apareceu quando o gasto público do Estado já não podia ser mantido no nível dos anos do pós-guerra. Na base estão vários fenômenos novos: uma prolongada queda do crescimento econômico (“a década perdida”), uma prolongada inflação, a elevação dos juros da dívida externa e interna, a demanda de pagamento pontual dos credores da dívida, a rejeição social ao patrimonialismo e a corrupção nas empresas estatais, o acesso ao poder

de novas burocracias tecnocráticas que aderiram à ideologia neoliberal do ajuste fiscal, abertura dos mercados e privatização das empresas estatais. No fundo, está também o processo de deterioração do modelo fordista de desenvolvimento do capitalismo em meados da década de setenta: o modelo, com as suas variações nos diversos países da América Latina, existiu no Brasil, Argentina, México, Venezuela, Costa Rica e Bolívia.

No Brasil, o fordismo existiu a partir dum capitalismo industrial estatalmente regulado, e enfraqueceu-se nos anos oitenta via a reestruturação produtiva das indústrias e uma crise fiscal (Fiori, 1993; Teixeira, 1996).

Em âmbito mundial foi a crise do fordismo que exigiu a necessidade dum mudança radical nos pactos políticos entre capital e trabalho e levou à mundialização do capital.

A queda do Estado interventor, com as políticas de ajuste estrutural e reforma do Estado, gerou uma “desestatização do Estado” (Sousa Santos, 1995). Isso aconteceu realmente no que concerne a regulação econômica direta da acumulação de capital e sobretudo nas políticas sociais do Estado.

*A outra grande transformação do Estado é a desestatização do Estado. Consiste numa nova articulação entre a regulação estatal e não estatal, entre o público e o privado, uma nova divisão do trabalho regulatório entre o Estado, o mercado e a comunidade. Isto ocorre, tanto no domínio das políticas econômicas, como sobretudo no domínio das políticas sociais, pela transformação da previdência estatal (segurança social e saúde, etc..) em previdência residual e minimalista ... uma forma de regulação mais interdependente, menos hierárquica e mais descentralizada, mas também menos distributiva e mais precária* (Sousa Santos, 1995, p. 14).

A crise do Estado interventor deu lugar ao Estado neoliberal, Estado que expressa as grandes mudanças na correlação de forças en-

tre capital e trabalho; que cristaliza o novo domínio do grande capital financeiro, e que voltou a priorizar seu papel de garantir os negócios e as relações de mercado; que deixa livre o capital, mas continua aprisionando o trabalho, condicionando o preço baixo dos salários. Na situação de exclusão social crescente e de enfraquecimento dos sindicatos, a “desestatização” do Estado significa sua entrega quase absoluta aos interesses da acumulação de capital e da especulação financeira, assim como a queda das responsabilidades sociais que faziam parte das obrigações do interesse coletivo dos Estados. O novo Estado latino-americano não pode mais esconder que o poder público é a dominação geral do grande capital transnacionalizado e que, nas condições atuais, o pólo dominado tem enfraquecido o suficiente para não ter um peso político substantivo na acumulação de capital. As relações sociais voltam a um primitivismo exagerado, onde a superexploração do trabalho combina com a expansão incontrolável do desemprego e da informalidade e onde o capital financeiro reina sobre todas as coisas.

### **c) A CRISE DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO ESTADO**

As instituições políticas do Estado na América Latina têm duas situações características diferenciadas, que acontecem em maior ou menor grau nos países da região. Uma é de crise política pela ausência de vida democrática representativa real nas relações políticas institucionais. Em alguns países, isso chega a ser uma crise aberta (México, Peru, Guatemala, Cuba). Outra, vem da pobreza e dos precários resultados das instituições políticas liberais da própria democracia representativa, face aos grandes problemas sociais e nacionais (Argentina, Brasil, Colômbia, Venezuela, El Salvador).

O caso dos regimes políticos hoje em aberta crise política (México, Venezuela, Peru, Cuba) é basicamente um problema de que a própria burocracia do Estado não aceita a democratização da vida política e ela mesma coloca impedimentos a uma transformação democrática substantiva, face a uma evidente

recuperação dos movimentos sociais e políticos pela democracia, particularmente no México e na Venezuela.

A institucionalidade política baseada no partido (ou partidos) de Estado, corporativismo, clientelismo, patrimonialismo, violência política, etc, própria dos Estados de compromisso (Gramsci), sofreu um enfraquecimento histórico e ainda não se tem criado nesses países uma institucionalidade moderna, fundada em eleições legítimas, abertas à luta política real entre partidos, representatividade dos órgãos legislativos e judiciais, Estado de direito, autonomias políticas e culturais, cidadania desenvolvida, etc.

No terreno das instituições e da organização política, paradoxalmente, o desenvolvimento e a estabilização do regime político democrático têm sido maiores nos países que tiveram um regime militar nas décadas anteriores (Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Bolívia, El Salvador) que nos países com o antecedente direto de um regime social-democrático fordista, como é o caso da Venezuela, da Costa Rica e do México. Caso à parte ainda são países que não fizeram transformações radicais no seu modelo de desenvolvimento oligárquico militarista (Peru, Colômbia e Guatemala).

O que houve nos países da América do Sul foi uma retomada democrática, dominada ideológica e politicamente pela procura conservadora de estabilização econômica e governabilidade (Oliveira, 1994), que parou e postergou as demandas de melhora-mento social e muitos dos processos de participação popular. Nessas sociedades está em processo *uma forte disputa política* institucional entre duas forças: as conservadoras que defendem os projetos da grande burguesia modernizante e transnacionalizadora e as que têm como bandeira os projetos políticos democrático-populares. O poder hoje fica nas mãos das tecnocracias neoliberais, dominantes no Brasil, Argentina, Chile e Bolívia, embora a pressão do centro-esquerda continue ainda presente.

Como argumentam Francisco de Oliveira e Atilio Borón, nos países do Cone Sul a

ingovernabilidade potencial não está nas mãos do povo que demanda transformações sociais, mas nas mãos das equipes neoliberais dos governos que ignoram as necessidades sociais e colocam em perigo a continuidade da democracia pela exclusão das políticas sociais universais de emprego, salários, saúde, etc, e pela fraqueza das instituições políticas democráticas, que separam os grandes problemas econômicos e sociais do povo da luta política parlamentar (Borón, 1994, Oliveira, 1995).

O problema da direção política é ainda o problema fundamental da política interna dos países do Cone Sul. A tecnocracia modernizante pegou do Banco Mundial o programa de estabilização monetária (ajuste estrutural, privatização, liberalização, ajuste fiscal, limites salariais, reestruturação produtiva, abertura aos capitais estrangeiros e reforma do Estado), embora seu acesso ao poder tenha sido feito por meio duma propaganda política eleitoral que pega as aspirações conservadoras do próprio povo trabalhador: políticos carismáticos, maior democracia representativa formal, estabilização monetária (à custa do aumento da dívida pública interna), modernização de indústrias (via investimentos de transnacionais dos países desenvolvidos), renovação dos contratos trabalhistas (via flexibilidade de trabalho e novas leis do emprego), etc. Os programas eleitorais dos partidos populares não oferecem alternativas imediatas nem uma proposta própria e diferente de mundialização. Além disso, quase todos têm aceito o programa de ajuste estrutural monetarista.

O programa dos trabalhadores ainda não tem definição econômica singular, mas a experiência política tem mostrado que existem muitos elementos novos para definir uma política própria na luta pela hegemonia, desde os acordos de renovação produtiva com participação dos trabalhadores (“o acordo das montadoras de carros”, Oliveira, 1993) até as políticas de nova cidadania com direitos sociais:

*aumentos salariais, respaldados em incrementos da produtividade, com políticas sociais públicas vigorosas, que incluam uma política de rendas (polí-*

*tica de renda mínima, aumento sistemático do salário mínimo, seguro-desemprego, melhoria da seguridade social) e políticas sociais no sentido estrito (aumento da escolaridade, combate à evasão escolar, melhoria da qualidade do ensino, ampliação e universalização do acesso à saúde, etc)* (Oliveira, 1995, p. 65).

A questão é que, na visão neoliberal do reinado do mercado, o programa anterior não teria viabilidade, dado que precisa de um financiamento estatal que o grande capital não aceita. E na verdade, além do incremento combinado da produtividade, tal programa exige um desenvolvimento organizativo dos trabalhadores e um Estado democrático subordinado à população trabalhadora. Para isso o programa tem que se afastar do monetarismo e só seria possível pelo desenvolvimento político dos assalariados.

## **O HORIZONTE DA LUTA PELA AFIRMAÇÃO DA DEMOCRACIA POLÍTICA**

No mundo atual, a participação e a luta política ainda não têm um horizonte mundial; a maioria dos problemas tem alcance nacional, salvo situações ou condições excepcionais. Os conflitos de hegemonia são conflitos entre forças políticas locais, cujo conteúdo entrelaça interesses nacionais com interesses internacionais.

Nos Estados latino-americanos dos anos noventa existem fatores econômicos, sociais e políticos que tornam muito difícil uma estabilidade hegemônica da democracia: a contradição entre a política neoliberal e o crescimento da pobreza das massas, a grande exclusão social, o desemprego, a quebra de aliança da burocracia política com as forças tradicionais dos trabalhadores sindicalizados e dos camponeses, o peso dos novos fatores negativos que muitas vezes têm uma forte vinculação com os grupos políticos de poder: sistemas de corrupção, narcotráfico, contrabando; políticos locais envolvidos com tráfico de drogas, armamentos, militares golpistas, etc (Borón, 1994).

Embora seja importante colocar os problemas que a situação social e econômica gera para a democracia, e mostrar que é possível outra concepção social de democracia (Borón, 1994, p. 94), na luta pela afirmação da democracia política, a abordagem a partir do interesse dos assalariados e empregados teria que colocar o problema de como eles podem aproveitar a luta pela ampliação democrática para se organizar e para desenvolver a sua própria hegemonia com novas concepções.

A crítica atual do Estado latino-americano tem que partir da inevitabilidade do processo de reestruturação capitalista para discutir como os trabalhadores dos países da região podem participar da mundialização, desenvolvendo uma concepção própria sobre uma globalização progressista, direcionada pelos trabalhadores. A proposta é uma alternativa que avance na democratização do Estado, aprofundando a soberania das comunidades de cidadãos e trabalhadores, desenvolvendo uma política autônoma para participar dos novos processos produtivos e se opondo ao patrimonialismo de Estado e à exclusão social e nacional, própria do domínio do capital.

Até hoje os trabalhadores da América Latina têm desenvolvido as seguintes políticas face à globalização:

a) uma aceitação passiva das políticas hemisféricas de ajuste neoliberal (o caso do apoio popular ao conservadorismo político eleitoral, que se contradiz com a luta social de resistência às políticas econômicas após as eleições – o que aconteceu com os presidentes Collor de Melo, Fujimori, Zedillo e Banzer);

b) uma busca para voltar ao Estado nacional popular de capitalismo de Estado, agora com mais democracia de base, embora com uma direção tecnocrática e uma proposição de regulação estatal e políticas sociais universais;

c) uma reforma política visando um aprofundamento do Estado democrático, baseado num poder dos cidadãos trabalhadores, organizados numa democracia de base e que lutem para que um novo poder democrático transforme a situação dos trabalhadores numa nova mundialização. É o caso dos no-

vos movimentos políticos: movimento dos sem-terra, movimento da cidadania, movimento dos partidos políticos de esquerda (Brasil), movimento pela democracia e contra a violência, lutas guerrilheiras (México), movimento pela nova democracia e luta da Causa Radical (Venezuela), etc.

A concepção cidadã da política faz parte de diversas opções ideológicas e políticas. No plano político, a questão da democracia pode ser vista como a coexistência de lutas conjuntas pela participação individual e coletiva e pela representação e canalização da luta social no Estado. Desfetichizar a democracia não é sair do terreno das lutas políticas nem da cidadania. É a luta combinada e conjunta pela influência nos assuntos do Estado dos cidadãos e dos que vivem da venda da sua força de trabalho. A luta pela hegemonia trabalhista tem dois rostos unidos: o rosto cidadão e o rosto classista. O reducionismo do passado tem apagado um dos dois rostos. Janos é o Deus que dirige a política no mundo contemporâneo.

Hoje se impõe o processo da mundialização do capital, o que não quer dizer que a mundialização só possa existir na sua forma neoliberal atual. Os programas políticos baseados (a) numa participação conservadora do povo ou (b) numa proposição de capitalismo de Estado “nacional popular”, de um novo estatismo perante a dominação econômica e política das classes e dos grupos econômicos e tecnocráticos transnacionalizados e transnacionalizantes, ante uma fraca resistência dos trabalhadores, interessados mais em conservar o emprego do que em entender e participar com a sua própria política da reestruturação do capitalismo, há poucas possibilidades de se gerar essa nova mundialização.

É necessário colocar a possibilidade de uma outra mundialização; é preciso opor à força evidente dos oligopólios transnacionais, apoiados pelos Estados reformados e dirigidos pelas tecno-burocracias executivas, uma força democrática social globalizada, com capacidade para acompanhar o novo industrialismo, e capaz de lutar não somente por mais outras políticas sociais, senão por uma outra direção política desse mundo industrial;



uma direção que coloque no centro o desenvolvimento político e organizativo do movimento dos que vivem de seu salário, onde o Estado seja somente uma expressão política do novo domínio do trabalho sobre o capital, sem fetichismos e sem substituição dos cidadãos e dos trabalhadores pelos órgãos burocráticos autônomos.

A questão é, portanto, imaginar o rosto de uma nova institucionalidade política democrática, para uma nova mundialização, que as sociedades de trabalhadores possam desenvolver no século que se aproxima.

## NOTA

<sup>1</sup> Este trabalho surgiu no transcurso das minhas leituras teóricas, discussões acadêmicas e viagens de estudo, realizadas nos três últimos semestres na Pós-graduação em Sociologia e na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, Brasil, apoiadas tanto pela CAPES, Brasil, como pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais e pela Direção de Assuntos de Pessoal Acadêmico (DGAPA) da UNAM, México.

## BIBLIOGRAFIA

- BORÓN, Atílio A. (1994), *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1997), "Globalização e política internacional". In: *Política comparada. Revista Brasiliense de Políticas Comparadas*. Brasília, ano I, v. I, n. 1, janeiro-abril.
- CANO, Wilson. (1996), "Notas sobre o imperialismo hoje". *Crítica marxista*. São Paulo: Brasiliense.
- CARNOY, Martin. (1994), *Estado e teoria política*. 4 ed. São Paulo: Papius.
- CHESNAIS, François. (1996), *A mundialização do capital*. São Paulo: Xama.
- FEATHERSTONE, Mike. (1996), "Localismo, globalismo e identidade cultural". *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. xi, n.1, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, janeiro-junho.
- FIORI, José Luis. (1994), "Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro". In: Fiori, José Luís e Maria da Conceição Tavares, *Desajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. Entrevista: *O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. Teoria e Debate*, nov./dez 96/jan 97.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org). (1990), *El Estado en América Latina*. México: Siglo XXI.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (1993), *El Estado y los partidos políticos en México*. México: El Caballito.
- IANNI, Octávio. "Globalização e imperialismo". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MARINI, Ruy Mauro. "Acerca de la reforma del Estado en América Latina". In: em vários autores, *Estado, nuevo orden económico y democracia en América Latina*. Cuba: ALAS-Nueva Sociedad, 1992.
- MARINI, Ruy Mauro. "Lá integración: un proyecto supranacional solidario". *Revista Política y Cultura*. México, n.2, uam-x, invierno-primavera, 1993.
- MARINI, Ruy Mauro. "El Estado de contrainsurgencia", en: Ruy Mauro Marini y Mária Millán (comp.) *La teoría social latinoamericana. Textos escogidos*. Tomo III: La centralidad del marxismo. México: CELA/FCPyS/UNAM, 1995.
- MARINI, Ruy Mauro. "La integración imperialista y América Latina", In: *La teoría social latinoamericana. Textos escogidos*. Tomo II: Dependencia y desarrollo. México: CELA/FCPyS/UNAM, 1995.
- MARQUES, Rosa Ma. "Globalização e Estados nacionais". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MANDEL, Ernest. "El capitalismo tardío". México, El Caballito, 1995.
- MIGLIOLI, Jorge. (1996) "Globalização: uma nova fase do capitalismo?". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense.
- MORAES, João Quartim de. "A miragem global e a rearticulação imperialista". *Crítica marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras". *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 36, julho, 1993.

- OLIVEIRA, Francisco de. "Quem tem medo da governabilidade? *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 41, março, 1995.
- OLIVER COSTILLA, Lúcio. "La reforma del Estado em América Latina: una aproximación crítica". *Revista Estudios Latinoamericanos*. México, n.2 Centro de Estudios Latinoamericanos, FCPyS, UNAM, 1994.
- PANITCH, Leo. *Globalization and the State*. México: CIIH-UNAM, 1994.
- Revista *Sociedade e Estado* v. xi, n.1, janeiro-junho de 1996. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- RIO, Marcos del. "Globalização e imperialismo: a globalização é uma nova fase do capital em processo". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- ROJAS, Fernando. "Estado capitalista y aparato estatal", em Norbert Lechner (ed). *Estado y política en América Latina*. México: Siglo XXI, 1981.
- SADER, Emir (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Milton, Maria Adélia A. De Souza, Francisco Capuano Scarlato e Mónica Arroyo (orgs). "Fim de século e globalização, o novo mapa do mundo". São Paulo: Hucitec, 1993.
- SCHDMITT, BenicioViero. "O novo papel do Estado como desafio à imaginação sociológica". *Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*, 7, Brasília, 7-9 de agosto, 1997.
- SINGER, Paul. "Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado". *Novos Estudos* CEBRAP, n. 48, Brasil, julho, 1997.
- SOARES, Paulo de Tarso P.L. (1996), "Globalização ou imperialismo". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. "América Latina en la globalización del futuro". *Estudios Latinoamericanos, Nueva Epoca*, n. 6, julio-diciembre, 1996.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. "A construção multicultural da igualdade e da diferença". *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 7, mimeo. Rio de Janeiro, setembro, 1995.
- TEIXEIRA, Francisco J.S. e ARAÚJO, Manfredo de Oliveira (org). *Neoliberalismo e Restru-turação Produtiva*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. "Imperialismo e globalização". *Crítica marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1996.